

## Comissão de Finanças e Orçamento vota LDO nesta terça, 29/8, às 19h

*Relatório do deputado Chedid pode ir a Plenário nos dias 30 e 31*

No dia 21/8, a coordenação do Fórum das Seis recebeu mensagem eletrônica do presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Assembleia Legislativa (Alesp), deputado José Caldini Crespo (PFL), convidando o Fórum a comparecer a uma reunião em 22/8 e mencionando a intenção de convocar a comissão para decidir sobre o relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) em 29/8, às 19h01 (veja p.4). O Fórum esteve na Alesp no dia 22/8, às 14h00, e no final da sessão da CFO, às 17h00, o presidente confirmou publicamente a convocação que havia anunciado na mensagem ao Fórum.

O anúncio do deputado Caldini Crespo resultou de intenso processo de articulações e negociações realizadas pelo Fórum na Alesp. Vale a pena, por isso, reconstituir os passos mais recentes da nossa mobilização.

No dia 15/8 o Fórum esteve presente na Alesp, a partir das 13h30, para assistir a mais uma sessão da CFO. Como já mencionado em números anteriores do *Informativo AduSP*, o Governo e seus aliados tentavam obstruir a votação da LDO-2007, indicando mesmo a disposição de que,

neste ano, não houvesse LDO aprovada pela Alesp. Neste caso, alegavam, o Executivo poderia enviar proposta de Lei Orçamentária (LO, a ser apresentada até 30/9), com base na sua própria proposta de LDO, que sequer seria discutida pelos deputados.

Na reunião da CFO de 15/8, presidida por Caldini Crespo, foi dada a palavra ao Fórum, que registrou o desrespeito institucional do Executivo para com o Legislativo e a urgência de que a Alesp — resistindo a este desrespeito, que ignora princípios constitucionais — decidisse pela votação do relatório na Comissão, contemplando a necessidade urgente de aumento de investimento na Educação Pública paulista.

Encerrada a reunião da CFO, e após longa negociação entre alguns de seus membros, incluindo os deputados Renato Simões (PT, vice-presidente da comissão), Edmir Chedid (líder do PFL, relator da LDO) e o presidente Crespo, cinco membros da CFO — além dos já citados, os deputados Romeu Tuma Jr (PMDB) e Enio Tatto (líder do PT) — reuniram-se, às 20h00 do mesmo dia 15/8, com o Fórum das Seis. O diálogo foi proveitoso e, mais uma vez, pudemos re-

gistrar a necessidade de que um relatório — contemplando o aumento do investimento público na Educação em geral, no Centro Paula Souza e nas universidades estaduais — fosse apresentado e votado na Comissão.

Este fato político faria com que o presidente da Alesp tivesse que incluir a LDO na pauta de todas as reuniões ordinárias subsequentes, com prioridade sobre qualquer outra matéria. Que fique claro: a decisão final em Plenário dependerá de um acordo de lideranças; entretanto, uma vez aprovado um relatório que nos favoreça, ficará mais evidente quais os deputados e os partidos que efetivamente defendem a Educação Pública.

Foi nesse contexto que, no dia 21/8, a coordenação do Fórum recebeu a mensagem eletrônica do presidente da CFO, convocando o Fórum para a reunião do dia seguinte e mencionando a intenção de votar o relatório do deputado Chedid na comissão no dia 29/8, terça-feira. Além disso, o próprio Chedid agendou reunião com o Fórum para 28/8, segunda-feira, às 13h00 (véspera da reunião da Comissão que votará seu relatório), para apresentar e discutir as propostas que incluirá no relatório da LDO-



Daniel Garcia

**Professor Francisco Miraglia participa da sessão de 15/8 da CFO**

2007 sobre o investimento público em Educação.

Com a devida cautela, indispensável nestes casos, consideramos tais acontecimentos como um avanço significativo, fruto da nossa capacidade de organização e de pressão.

A sessão da CFO de 29/9, terça-feira, 19h01, será realizada no Plenário Teotônio Vilela, já reservado para este fim. É central que nos mobilizemos para garantir a defesa da Educação Pública, do Centro Paula Souza e das universidades estaduais.

Dado este passo, restará obter a votação efetiva da LDO-2007 no Plenário da Alesp. Não devemos subestimar a resistência do PSDB e seus aliados na Alesp, sendo, portanto, essencial manter a pressão de massa neste momento.

### Calendário

**28/8, segunda-feira, às 13h:** reunião do Fórum das Seis com o deputado Edmir Chedid, relator da LDO-2007;

**29/8, terça-feira, às 19h:** sessão da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, para votar o parecer do relator da LDO-2007;

**30 e 31/8, a partir das 16h:** possível votação (ou obstrução) da LDO-2007 no plenário da Alesp.

**Em defesa das Universidades Estaduais, do Centro Paula Souza e de toda a Educação Pública, a sua presença na Alesp é fundamental!**

# A “toque de caixa”, CoG aprova licenciatura a distância

Nos conselhos da USP, a criação de cursos por meio de “educação a distância” parece avançar a passos céleres, pois há previsão de início de cursos já em 2007. O Conselho de Graduação (CoG) aprovou, na sessão de 17/8, o “curso de Graduação de Licenciatura em Ciências por meio de Educação à Distância”, que “visa à formação de professores de Ciências para os 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)”, com o objetivo de “formar um profissional competente, socialmente crítico e responsável pelos destinos de uma sociedade que se deseja justa, democrática e auto-sustentável” (Processo: 2003.1.25993.1.6 – ver Volume I da documentação que subsidiou a sessão do CoG de 17/8).

Segundo a proposta de sua criação, tal curso teria estrutura modular, com “organização curricular centrada em seis grandes temas integradores” e “duração ideal e mínima de 8 semestres e máxima de 16 semestres, necessitando que o aluno cumpra um total de 2.835 horas”. Desse total, a “parte presencial” teria 1.365 horas (48,15%), sendo que apenas 330 horas-aula tratariam de “disciplinas e atividades diretamente relacionadas aos conhecimentos das áreas de Química, Física, Biologia e Matemática”; as 1.470 horas restantes (51,85%) seriam desenvolvidas a distância.

Durante a sessão do CoG de 17/8, a representação discente levantou questionamentos quanto à justificativa e às condições de implementação do curso — na realidade, 4 cursos: “Curso Pólo São Paulo” – 60 vagas, “Curso Pólo Piracicaba” – 30 vagas, “Curso Pólo São Carlos” – 30 vagas, e “Curso Pólo Ribeirão Preto” – 30 vagas. Segundo uma das estudantes presentes, Nathalia Cassetari, do DCE-Livre da USP, não estava clara a razão pela qual a universidade im-

plantaria um curso por meio de “educação a distância”, se a forma de ingresso seguiria sendo a Fuvest.

## Adiamento negado

Além disso, Nathalia afirmou que as dúvidas sobre a permanência dos estudantes nos cursos tampouco foram respondidas. “E se o estudante que passou no processo seletivo não tiver computador? A USP vai comprar um para ele?”, explica. Os estudantes solicitaram então que, devido à importância do assunto e às dúvidas pendentes, houvesse

mais tempo de discussão e que a votação fosse adiada. O pedido, por sua vez, foi posto em votação e decidiu-se seguir com a apreciação do projeto na mesma sessão. O projeto foi aprovado, com 23 votos favoráveis e 7 abstenções.

A Adusp considera oportuno utilizar técnicas modernas de informação e comunicação no ensino. Mas defende que: 1) em todos os níveis educacionais, os cursos de formação inicial — sobretudo os que formam professores — devem ser necessariamente presenciais; e 2) seja refutada

qualquer tentativa de utilização da chamada educação a distância com vistas à emissão de diplomas na educação superior, graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como a emissão de certificados para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por entender que a “EaD” não propicia formação humana e profissional, nos termos defendidos historicamente pelo movimento docente (defesas estas que constam da plataforma de lutas do Andes-SN).

A Adusp considera também que o debate não fica restrito

à modalidade do curso proposto. Basta mencionar que, em meados da década de 1970, quando recusou implantar as licenciaturas curtas em ciências, a USP manifestou-se contrária ao número reduzido de horas-aula nas disciplinas científicas e à concepção de professor polivalente presentes naquela iniciativa.

Isto posto, ao invés de legitimar apressadamente esse tipo de proposta, a USP deve promover um debate mais aprofundado deste tema polêmico — conforme corretamente solicitado pelos estudantes.

## Na USP, Gushiken vende idéia de educação a distância

“Educação é importante demais para fiar nas mãos só dos educadores”. Essa foi a perspectiva que o ex-ministro e atual presidente do recém-criado Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, Luiz Gushiken, defendeu durante um encontro com professores da USP, realizado em 21/8, no auditório USP Oficina.

O evento foi promovido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), entidade privada, em conjunto com a Escola do Futuro da USP, sob o tema “Prospecção da qualidade de educação básica nas escolas públicas”, e contou com a presença de cerca de 20 pessoas.

A apresentação inicial foi feita por Gushiken, que expôs conclusões da mais recente pesquisa realizada pelo NAE sobre melhoria da educação básica no país. Com base em consultas pela internet e em dados recolhidos durante alguns encontros com pesquisadores, a pesquisa revelou que dentre vários problemas brasileiros a melhoria da educação básica desponta como prioridade na opinião dos consultados. Dentro do tema,

a segunda parte do levantamento apontou como mais prioritários, pela ordem: formação inicial e continuada de professores; inclusão digital nas escolas públicas; gestão democrática nas escolas; e constituição de um movimento nacional pela educação.

### “Preconceito”

Na esteira da busca por propostas “inovadoras, de ruptura”, Gushiken aludiu à Universidade Aberta, do MEC, projeto criado em 2005 para articular um sistema nacional de educação superior a distância. Para o ex-ministro, a falta de recursos para a construção de mais escolas e a mudança do perfil sócio-econômico dos estudantes provocada pela universalização do ensino fundamental criaram uma demanda por “uma nova qualidade de educação”.

O documento do NAE qualifica os cursos a distância, para estudantes ou capacitação de professores, como possivelmente “bons ou melhores” que os presenciais, além de proporcionarem “custo reduzido e formação em larga escala”. “Mas será que isso funciona? É isso que

eu vim saber de vocês”, disse o ex-ministro, dando início ao debate.

O professor Manuel Marcos Maciel Formiga, vice-presidente da Abed, criticou o que considera “desperdício”, o nível de investimento na capacitação dos professores. A educação a distância, acrescentou Formiga, é vítima de “preconceito que existe exclusivamente no Brasil”, que teria origem no receio de cortes de emprego.

Alguns professores levantaram problemas enfrentados em relação ao aproveitamento da capacitação dos professores, independentes da questão “presencial *versus* a distância”. Um deles foi a instituição da avaliação federal como único parâmetro de qualidade, o que tolheria a liberdade das escolas de fazerem seus próprios projetos.

### “Customização”

A atual estrutura das instituições decisórias dentro das escolas também foi apontada como um elemento a repensar. “As relações de poder não permitem liberdade do professor para aplicar o que aprendeu na capacitação”, la-

mentou uma docente.

O debate foi sucedido por uma apresentação dos projetos da Escola do Futuro, intitulada “As virtualidades da educação a distância no Brasil” e conduzida por seu coordenador, e também presidente da Abed, professor Fredric Michael Litto. Ele destacou algumas vantagens de se aplicar as novas tecnologias à educação, exemplificando por meio do acervo virtual da Escola, com exercícios interativos e bancos de dados para os estudantes poderem optar autonomamente por seus percursos de aprendizagem.

“Customizar o ensino, isso é democracia”, disse o professor, para quem o ensino a distância é qualitativamente superior ao presencial, “porque é feito em equipe”.

Stella Piconez, docente da Faculdade de Educação, saiu decepcionada com a falta de encaminhamentos efetivos. “Eu vim com a expectativa de ver a apresentação de um projeto, mas saí com a mesma expectativa”, comentou a professora. “E sem saber o papel da Universidade no pacto; estamos aqui para contribuir, mas sem saber no quê.”

# “Reforma Universitária”, pior a emenda do que o soneto!

Desde início de junho está em tramitação na Câmara dos Deputados, em regime de prioridade (até 24/8, tramitava em regime de urgência), o PL nº 7.200/2006, que é a versão final da “reforma universitária” proposta pelo Executivo. Como é de conhecimento geral, houve várias versões, sendo que, de modo geral, as últimas mantêm grandes semelhanças entre si, mas vale destacar que houve mudanças significativas nos dispositivos que se referem ao financiamento

das Instituições Federais de Ensino Superior, sempre no sentido de diminuir as obrigações da União.

As Instituições Públicas Estaduais e Municipais de Educação mereceram três artigos (20 a 22), definindo que tais instituições têm como órgãos normativos os respectivos Conselhos de Educação, conforme legislação própria, excetuando-se as atividades de pós-graduação *stricto sensu*, que são subordinadas à Capes, e a Educação a Distância, que é normatizada por lei federal. O último destes arti-

gos abre a possibilidade de a União participar do financiamento destas IES mediante convênios ou consórcios públicos, sob certas condições (Lei nº 11.107/2005).

## Desregulamentação

Não bastassem os problemas já diagnosticados na redação do PL nº 7200/2006, em relação à situação atual, e que potencializam as restrições a um efetivo ensino superior público de boa qualidade, conforme previsto, a tramitação na Câmara dos Deputados acrescenta possi-

bilidades de a legislação ser transformada numa **desregulamentação geral** para o ensino superior privado.

É urgente alertar a comunidade universitária e a todos que estão preocupados com a Educação Superior. Provavelmente poucos sabem que, por requerimento à Mesa Diretora, o projeto principal (PL nº 4212/2004), de autoria do deputado Átila Lira (PSDB/PI, ao qual o PL nº 7200/2006 foi apensado), liberaliza, ainda mais, a já livre atuação do setor privado.

Acrescente-se a isto o teor,

também privatizante, de mais de 80% das 368 emendas que foram anexadas ao projeto do Executivo, especialmente as apresentadas por deputados do PMDB, PSDB, PFL, PP, PTB e PL e que surpreendem pela convergência de propósitos.

Convidamos, pois, os colegas a conhecerem o conteúdo, tanto dos PL citados, quanto das emendas, acessíveis no site [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br), solicitando “projeto de lei” 4212, ano 2004, e, em seguida, o 7200, ano 2006, que consta como anexo.

## Seguro-saúde supera salário de professor

Tome-se um vencimento bruto de R\$ 997,10. Subtraídos os descontos de praxe, tome-se um vencimento líquido de R\$ 893,05. Deduza-se, desta última cifra, o valor do seguro-saúde cobrado para duas pessoas acima de 59 anos, que, acrescido das taxas, é de R\$ 976,00. Pronto: chegamos a um “produto” de R\$ 82,95 negativos.

Não pense que as operações acima descritas compõem um exercício de imaginação: trata-se da situação vivida, desde junho de 2006, pelo professor Flávio João Alba, do Instituto de Física. Contratado em regime celetista para dar aulas em tempo parcial, o professor Alba não consegue mais “ver” o salário, inteiramente consumido pelos descontos desde que o Seguro-Saúde Bradesco implantou o pagamento por faixas etárias.

“Estou trabalhando de graça”, diz o professor, que aderiu ao convênio intermediado pela Fusp junto ao Seguro-Saúde Bradesco em 2003, época em que pagava R\$ 130 por pessoa. Hoje paga R\$ 440 — um preço mais que triplicado. Além do salário da USP, o pro-

fessor recebe uma aposentadoria, pela Previdência Social, relativa ao tempo trabalhado fora da universidade. “Sempre paguei o teto, e agora recebo 40% do teto. Só dá para pagar o condomínio”, comenta. “Se me aposentar de vez pela USP, nem esse salário insignificante eu recebo”.

## Protestos

O professor Cicely Moitinho Amaral, coordenador do Seguro-Saúde na USP, admite que o resultado dos reajustes é um valor alto, mas afirma que ele é o reflexo de “aumentos vertiginosos nos custos hospitalares”. O professor explica que, segundo a apólice coletiva, os reajustes trimestrais são aplicados conforme variação, para além de um limite estabelecido, das despesas mais relevantes, como cirurgias, partos etc.

O professor Amaral citou exemplos de outros planos de saúde que praticam preços, para a faixa etária acima de 59 anos, próximos dos R\$ 1.000. “É uma faixa que está sem alternativa lá fora”, observa, informando que os conveniados são 3.200. Questionado sobre eventuais protestos contra os

aumentos, o coordenador do Seguro-Saúde afirma que recebeu reclamações, mas também manifestações de receio de que o contrato fosse suspenso. “A gente achou que o pessoal preferiu enfrentar o aumento a perder a apólice e ter que enfrentar os preços de fora”, justifica.

## Reajuste ilegal

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) caracteriza como ilegal o chamado “Reajuste por Sinistralidade”, que consiste em “aumento da mensalidade imposto pela operadora de plano de saúde em razão da variação, a maior, do número de eventos (cirurgias, doenças e tratamentos) verificados no total de consumidores vinculados à empresa, dentro de determinado período”, como é o caso do convênio da USP.

Além disso, em texto publicado no site [www.idec.org.br](http://www.idec.org.br), o Idec aponta a tendência de privilegiar as apólices coletivas em detrimento das individuais. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde (ANS), 74% dos contratos já eram coletivos

em 2004. A análise do Idec indica que esta opção se deve ao fato de o contrato coletivo “estar submetido a reajustes de preço sem qualquer controle por parte da ANS e à possibilidade de rescisão do

contrato a qualquer tempo, pela pessoa jurídica à qual é vinculado, ou unilateralmente pela operadora, se observar que o contrato não se demonstra mais lucrativo”.

Cód.	Descrição	Vantagens	Descontos
220	VENCIMENTO	542,82	
008	SEXTA PARTE	126,61	
088	AUXILIO TRANSPORTE	110,82	
003	ADICIONAL	217,05	
308	SAUDE BRADESCO		976,00
113	INSS		21,97
198	ADUSPASSOC DOCENTES DA USP		76,66
			5,42

  

Admissão	Condição	F.G.T.S.	Total de vantagens	Total de descontos
**/**/**	CELETIST	70,90	997,10	104,05
Classe USP				
PROF COLAB II	Niv./ref. Função	A NAO INFORMADA		
Classe base	Vaga	396818		
PROF COLAB II	Escala			893,05
Classe designação/substituição	Vaga			
	Escala			12 HORAS
	Faixa/ref.			
	Nível/grau			
	Nível/grau			
	Jornada			

# Instalada a Comissão de Isonomia

No dia 17/8, às 14h30, na Reitoria da USP, foi instalada a Comissão de Isonomia, negociada com o Cruesp durante o mês de junho. Em reunião preparatória, o Fórum das Seis definiu alguns temas para discussão, que considerou essenciais para um conhecimento mais aprofundado das semelhanças e diferenças administrativas e funcionais existentes nas três universidades estaduais paulistas.

A perspectiva de trabalho da Comissão é a de construir um diagnóstico dos temas propostos para debate. Com exceção da ordem, os representantes do Cruesp (os mes-

mos que têm participado das Comissões Técnicas) aceitaram os temas propostos, explicitados a seguir, na ordem em que serão debatidos:

**1. Carreira docente.** Formas de ingresso e contratação. Complementações salariais e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamento, incluindo e discriminando gastos com plantões médicos e de outros tipos.

**2. Carreira dos funcionários.** Descrição das carreiras, dos níveis e atribuições funcionais. Complementações salariais e/ou verbas de representação e seu impacto na folha de pagamento.

**3. Terceirização.** Impacto e estimativas de gasto; áreas submetidas à terceirização. Avaliação desta política, levando em conta a necessidade de preservação da qualidade do trabalho acadêmico e do funcionamento da universidade.

**4. Políticas de permanência estudantil.** Como são feitas as estimativas do investimento nestas políticas; tipos de bolsas e auxílios, incluindo extensão destes benefícios e critérios para concessão. Construção de estimativas confiáveis de necessidades estudantis e de formas unitárias para atendê-las.

**5. Modelos de expansão.**

Perspectivas em cada universidade e construção de políticas unitárias, preservando a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o Fórum propôs que as discussões e apresentações se dessem uma vez por mês, com rodízio dos temas, isto é, na primeira reunião discute-se o tema 1, na segunda o tema 2, etc., de modo que as informações e argumentos de ambos os lados venham a ser assimilados e analisados com o devido cuidado.

Esta rotatividade incluirá, inicialmente apenas os itens 1 a 4 e, uma vez completada esta

análise, seria encaminhado o debate acerca do tema Modelos de Expansão. Esta metodologia de trabalho também foi aceita pelos representantes do Cruesp. A próxima reunião está marcada para o dia 28/9, quinta-feira, às 14h30, na Reitoria da USP.

Durante a reunião, o Fórum pediu aos representantes do Cruesp que solicitem aos reitores da Unicamp e da Unesp que cumpram seu compromisso de assinar um acordo de fim da greve de junho, manifestando a não punição pelo legítimo exercício do direito de greve, tendo como base o acordo estabelecido na USP.

“Creio que uma grande mobilização será necessária”  
(mensagem do deputado Caldini Crespo sobre a LDO)

## Diretoria da Adusp esclarece participação em ato público

Durante Ato sobre a recente guerra no Oriente Médio, realizado na USP no dia 09/08/2006, na rampa do Anfiteatro Camargo Guarneri, a Adusp manifestou sua posição em defesa da paz e do diálogo efetivo para a solução negociada de conflitos e publicou em seu site ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)) a seguinte nota de esclarecimento:

1. A Adusp, assim como os demais participantes, foram CONVIDADOS a participar do Ato pelo organizador;

2. A Adusp tem lutado, desde a sua fundação, pela mais ampla liberdade de organização e de expressão. O exercício efetivo desta liberdade exige a capacidade de

convivência pacífica com a crítica e com as concepções políticas e visões de mundo que podem ser drasticamente distintas;

3. As entidades presentes ao Ato são autônomas na tomada de decisões e na expressão de suas posições. É consequência natural dessa autonomia a existência de eventuais divergências, com as quais temos que conviver cotidiana e politicamente;

4. As opiniões expressas no Boletim do Sintusp de 11/8/2006 não têm a mais remota semelhança, nem com a compreensão, nem com a posição da Adusp sobre o que ocorre no Oriente Médio.

São Paulo, 18/08/2006  
A diretoria da Adusp

Na mensagem que enviou no dia 21/8 ao Fórum das Seis, já relatada na capa desta edição, o deputado Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp, além de manifestar sua decisão de votar favoravelmente ao aumento das dotações orçamentárias para a educação, enfatiza que colocará o relatório da LDO em votação na CFO às 19 horas da terça-feira, dia 29/8.

Depois de dizer que os dias 30 e 31/8 são as datas prováveis de votação da LDO em plenário, Caldini Crespo sinaliza que a aprovação do relatório com as emendas do Fórum das Seis dependerá de nossa pressão: “Creio que uma grande mobilização da classe, entre alunos, professores e funcionários, será necessária” (vide fac-símile).

Assunto: compromisso Forum das Seis  
Data: Mon, 21 Aug 2006 09:05:27 -0300  
De: José Antonio Caldini Crespo <jaccrespo@hotmail.com>  
Para: secretaria@adusp.org.br

Prezado prof. Francisco Miraglia,

Estou respondendo as questões do formulário que o Fórum enviou a todos os deputados estaduais:

sim, pretendo votar a favor do aumento das dotações orçamentárias para a Educação, para as Universidades e para o Paula Souza; aliás, como já o fiz no ano passado.

Entretanto, os valores exatos dependerão do relatório a ser votado até o final deste mês na Comissão de Finanças e Orçamento (que presido).

Por sinal, solicito que o sr. e os demais representantes compareçam amanhã à tarde na Alesp, pois provavelmente será confirmada a votação do relatório para a 3a. feira seguinte dia 29 de agosto.

Repito: pretendo convocar a votação do relatório da LDO para as 19 horas da 3a. feira dia 29/9; isso feito, os dias 30 e 31 ficarão para a votação definitiva no plenário maior. Creio que uma grande mobilização da classe, entre alunos, professores e funcionários, será necessária.

Abraço.  
José Caldini Crespo  
deputado estadual  
21/8/2006